

UASG 926639
Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas
Diretoria Administrativo-Financeira
Divisão de Suprimentos

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 5/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

Objeto:	Renovação de subscrição de licenças para Firewall da marca Sophos, aquisição de licenças de solução de proteção de endpoint (Antivírus) e AutoCAD
Valor Máximo Estimado:	R\$101.529,82 (Cento e um mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos)
Data da sessão pública:	27/05/2026, às 8 horas e 30 minutos (horário de Brasília – DF)
Critério de julgamento:	Menor Preço por Item – Lances pelo Valor Total do Item
Modo de disputa:	Aberto – Licitação com Ampla Participação
Intervalo mínimo entre lances:	R\$100,00 (cem reais) para o item 1 (subitens 1.1. e 1.2.) R\$50,00 (cinquenta reais) para o item 2 R\$50,00 (cinquenta reais) para o item 3
Endereço eletrônico:	www.gov.br/compras
Esclarecimentos e Impugnações:	até 3 (três) dias úteis que antecederem a abertura da sessão pública

A Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas, por solicitação da Diretoria Administrativa e Financeira e em conformidade com a determinação do Sr. Diretor Presidente, por meio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 54/2026, de 14 de abril de 2026, torna público aos interessados que realizará Licitação definida e disciplinada por este Edital nº 5/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 90004/2026 – Processo de Compra Digital nº 45/2026, para **Renovação de subscrição de licenças para Firewall da marca Sophos, aquisição de licenças de solução de proteção de endpoint (Antivírus) e AutoCAD**, do tipo Menor Preço por Item – Licitação com Ampla Participação, no dia 27 de maio de 2026, às 8 horas e 30 minutos (horário de Brasília – DF), ou no mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, através do endereço www.gov.br/compras.

1. DO SUPORTE LEGAL

1.1. Esta licitação é regida e regulamentada pelos seguintes dispositivos legais:

1. Constituição Federal;
2. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
3. Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);
4. Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 (Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Adm. Pública federal direta, autárquica e fundacional);
5. Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, no âmbito do Poder Executivo Federal), e suas atualizações;

6. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas atualizações;
7. Lei Orgânica Municipal;
8. Portarias Fundhas nº 7/2024, de 9 de janeiro de 2024, e nº 19/2024, de 9 de fevereiro de 2024;
9. Demais disposições legais aplicáveis, inclusive subsidiariamente, aos princípios gerais de Direito.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Edital, a Contratação de empresa especializada para renovação de subscrição de licenças para Firewall da marca Sophos, aquisição de licenças de solução de proteção de endpoint (Antivírus) e AutoCAD, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos seguintes quantitativos:

Item	Cód. CATMAT	Descrição	Unid.	Qtd e.	Preço Unit.	Preço Total
1	609340	1.1 Pacotes de licença de firewall (Tipo 01 – Fundhas), IPS, antivírus, antispymware e filtro de web. Proteção contra ameaças avançadas e firewall web para appliance de firewall de próxima geração, conforme termo de referência – SOPHOS – Modelo XGS 2300 Licença Xstream Protection for XGS 2300 (Cód. 46.43.1)	SV	1	R\$ 40.800,00	R\$ 40.800,00
		1.2 Pacotes de licença de firewall (Tipo 02 – Cephas), IPS, antivírus, antispymware e filtro de web. Proteção contra ameaças avançadas e firewall web para appliance de firewall de próxima geração, conforme termo de referência – SOPHOS – Modelo XGS 2100 Licença Xstream Protection for XGS 2100 (Cód. 46.43.3)	SV	1	R\$ 20.400,00	R\$ 20.400,00
Valor Total Item 1:						R\$ 61.200,00
2	350949	Renovação de Licença de Antivirus ESET	SV	1	R\$ 24.318,00	R\$ 24.318,00
3	26077	Renovação de Licença de Autocad	SV	1	R\$ 16.011,82	R\$ 16.011,82

2.2. A licitação será dividida em itens, sendo o item 1 composto por subitens, conforme constante do **Anexo I – Termo de Referência**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3. Não será necessário apresentar proposta para todos os itens, podendo a licitante apresentar proposta somente para o(s) item(ns) de seu interesse; todavia, deverão ser cotados todos os subitens que compõem o item 1.

2.4. Em caso de divergência entre as especificações do catálogo CATMAT e as deste Edital, prevalecerão as constantes deste Edital.

2.5. A Contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado gratuito e ilimitado por telefone e e-mail em horário comercial (hora de Brasília), em dias úteis, no formato 8hX5d durante o período da licença, para garantir a continuidade operacional da solução, assegurando que eventuais falhas ou dúvidas sejam prontamente solucionadas.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. Menor Preço por Item – Lances pelo Valor Total do Item

4. DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos do Orçamento 2026 (Recursos Próprios/Tesouro), sendo:

- 4.1.1. Dotação orçamentária 01.01.3.3.90.40.12.243.5000.2.502.01.1100000, ficha 10, Projeto 1, Centro de Custo 6072;
- 4.1.2. Dotação orçamentária 01.01.3.3.90.40.12.243.5000.2.502.01.1100000, ficha 10, Projeto 2, Centro de Custo 6072;
- 4.1.3. Dotação orçamentária 01.01.3.3.90.40.12.243.5000.2.502.01.1100000, ficha 10, Projeto 3, Centro de Custo 6072;
- 4.1.4. Dotação orçamentária 01.01.3.3.90.40.12.243.5000.2.502.01.1100000, ficha 10, Projeto 4, Centro de Custo 6072;

5. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. O Edital da presente licitação poderá ser obtido pelo interessado via Internet, diretamente no Portal Nacional de Compras Públicas e no endereço eletrônico www.fundhas.org.br (Licitações) – onde haverá o direcionamento à respectiva página para download.

5.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

5.3. A Divisão de Suprimentos responderá aos pedidos de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

5.4. A solicitação de esclarecimentos e a apresentação de impugnação contra o presente Edital deverão ser enviadas para o e-mail licitacoes@fundhas.org.br.

5.5. As respostas serão divulgadas nos sites www.gov.br/compras e www.fundhas.org.br, cabendo aos licitantes a obrigação de verificar o mesmo antes de apresentarem suas propostas.

5.6. As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

5.7. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida nova data para a realização do certame, com comunicação aos licitantes através de publicação nos mesmos termos verificados no Edital, exceto se tal acolhimento não ensejar alteração ou prejuízo à formação das propostas.

5.8. Em caso de não solicitação pelas proponentes de esclarecimentos e informações ou de impugnação ao Edital, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos.

5.9. **Contato:** Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas, Divisão de Suprimentos – Setor de Licitações, situada na Rua Santarém, nº 560 – Bairro Parque Industrial, São José dos Campos – SP, CEP 12235-550, no horário compreendido entre 7h30 às 12h e das 13h30 às 17h, de 2ª à 6ª feira - endereço de e-mail: licitacoes@fundhas.org.br.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, observadas as condições deste Edital.

6.2. Os interessados deverão, além de atender às demais exigências constantes neste Edital e seus anexos, estar devidamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

1. Os interessados deverão acessar o Portal de Compras do Governo Federal e se cadastrar previamente como “Fornecedor”.
2. Havendo necessidade de contato com o Portal de Compras do Governo Federal para suporte ao uso da plataforma, deverá ser realizado contato via telefone 0800.978.9001 ou pelo Portal de Atendimento: www.gov.br/compras/pt-br/canais_atendimento/central-de-atendimento – suporte realizado de segunda à sexta-feira, das 7h às 20h.
3. Para maiores informações sobre a utilização do sistema eletrônico, os interessados podem obter o “Passo a Passo” no site: www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor/guia-para-fornecedores.pdf.

6.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão de seu representante.

6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.6. A proponente, no ato de cadastramento, deverá indicar sua condição de enquadramento empresarial, selecionando uma dentre aquelas categorias relacionadas.

1. No caso de participação de empresas aptas a usufruir do tratamento favorecido, nos moldes da Lei Complementar nº 123, de 2006 e atualizações, as interessadas deverão declarar tal condição através dos meios disponibilizados pelo sistema.

6.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e atualizações.

6.8. Não poderão disputar esta licitação:

1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata de Registro de Preços, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021;
11. Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021 e aquelas estabelecidas neste Edital.
12. A empresa consorciada fica impedida de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio.
13. Deverá ser entregue junto com os documentos de habilitação, **item 12.** deste Edital:
 - a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação de cada consorciado;
 - b) documento com indicação da empresa que será responsável pelo consórcio – LÍDER, a qual deverá atender as condições de liderança fixadas neste edital e como representante e responsável por todas as comunicações e informações do Consórcio deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.
14. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do Contrato.
15. Caso seja exigida garantia da execução, poderá ser apresentada, em nome do consórcio, por qualquer uma das consorciadas.
16. Antes da celebração do Contrato, o licitante vencedor é obrigado a promover a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no **subitem 12**, que deverá prever:
 - a) Compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o compromisso de que cada consorciada responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto da licitação;
 - b) Declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao eventual Contrato, até o final de sua execução;
 - c) Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência do órgão ou entidade contratante, até a conclusão dos trabalhos ou fornecimento que vierem a ser contratados;
 - d) Compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior do que o prazo de vigência da contratação decorrentes desta licitação;
 - e) Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa

jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

- f) Compromissos e a divisão do escopo no fornecimento para cada uma das consorciadas, individualmente, em relação ao objeto da licitação, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao fornecimento previsto.

17. Caso ocorra a substituição de consorciado, esta deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o Contrato.

6.9. O impedimento de que trata o **subitem 6.8.4.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 6.8.2. e 6.8.3.**, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do Contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.11. O disposto nos **subitens 6.8.2. e 6.8.3.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.13. A vedação de que trata o **subitem 6.8.8.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.14. Os interessados deverão participar do certame através da mesma pessoa jurídica que virá a executar o Contrato, ou seja, caso participe como matriz, deverá apresentar toda a documentação em nome da matriz, caso participe como filial, deverá fazê-lo em nome da filial.

1. Fica vedada a execução do Contrato por pessoa jurídica diversa daquelas originalmente participante do certame.

6.15. Fica autorizada a participação de empresas que se encontrem em recuperação judicial mediante a apresentação do Plano de Recuperação já homologado e em vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira.

6.16. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.3. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006 e atualizações, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus art. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, e atualizações, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.6. A falsidade da declaração descrita nos subitens 7.4. ou 7.5., sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
2. Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.14. Após a abertura do Pregão, não será admitido o cancelamento de eventual proposta enviada.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1. Valor total do item;
2. Marca e fabricante (somente uma marca para o item);
3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

8.2. No preço proposto deverão estar também contemplados todos os custos diretos e indiretos porventura decorrentes ou de qualquer outra forma relacionados com o objeto da presente licitação, tais como: impostos, taxas, fretes, materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, encargos, entre outros.

8.3. Os preços ofertados tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. Os preços cotados deverão ser referidos à data limite de recebimento das propostas.

8.5. É vedada a subcontratação do objeto deste Edital.

8.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

8.7. Aplica-se à contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234, de 2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda – IR, por parte da Administração Pública Municipal.

8.8. Não será obrigatório ao licitante apresentar proposta para todos os itens, facultando-se apresentar proposta somente aos itens de seu interesse; todavia, deverão ser cotados todos os subitens que compõem o item 1.

9. DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, a partir das 8 horas e 30 minutos do dia 27/05/2026 (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras.

9.2. Para ter acesso à etapa competitiva, os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

9.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4. Como medida excepcional, poderá haver a exclusão da proposta que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

1. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

9.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do item**.

9.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.9. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.10. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$100,00 (cem reais) para o item 1 (subitens 1.1. e 1.2.); R\$50,00 (cinquenta reais) para o item 2 e R\$50,00 (cinquenta reais) para o item 3**.

9.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado: **“aberto”**.

9.13. Os licitantes enviarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem legal de classificação.
4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará lances segundo a ordem crescente de valores.

9.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.16. Durante o transcurso da sessão pública os licitantes poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, conhecer valor e horário do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor de cada lance.

9.17. É vedado aos licitantes estabelecer comunicações entre si através de “chat” do sistema, em qualquer fase da licitação, podendo o Pregoeiro, justificadamente, proceder à desclassificação das propostas dos licitantes que assim procederem.

9.18. No caso de desconexão com o Agente de Contratação no decorrer da etapa competitiva do Pregão, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos.

1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.19. Caso o licitante não apresente lances concorrerá com o valor de sua proposta.

9.20. Quando houver um único licitante ou uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

9.21. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

9.22. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
 - a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - b) empresas brasileiras;
 - c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
3. Infrutíferos os critérios de desempate de que o art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, proceder-se-á ao sorteio.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.5. Encerrada a negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei nº 14.133, de 2021 e na legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1. SICAF;
2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes);
3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes);
4. Relação de Apenados mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>.

10.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12, da Lei nº 8.429, de 1992.

10.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (art. 29, *caput*, IN nº 3, de 2018).

1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (art. 29, §1º, IN nº 3, de 2018).
2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (art. 29, §2º, IN nº 3, de 2018).
3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.8. Constatado o atendimento às condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os pertinentes aos serviços ofertados, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.2. A proposta ajustada ao lance final deverá ser elaborada conforme modelo constante do **Anexo II – Modelo de Proposta Comercial**, deste Edital.

11.3. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício.

11.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos art. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.6. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11.7. O Agente de Contratação poderá utilizar-se de auxílio da área técnica requisitante para, baseado em parecer técnico motivado e conclusivo, julgar a proposta no que diz respeito às especificações técnicas definidas no Edital.

11.8. O Agente de Contratação poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, devendo o licitante atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

11.9. Se a proposta do primeiro licitante classificado da etapa competitiva de lances não for aceitável, o Agente de Contratação examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital.

11.10. Será desclassificada a proposta considerada vencedora que:

1. Contiver vícios insanáveis;
2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no **Anexo I – Termo de Referência**;
3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para contratação;
4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
 - a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.13. Não serão motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para esta Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes, podendo o Agente de Contratação sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

11.14. O Agente de Contratação não aceitará o item cujo preço unitário/total seja superior ao estimado para a contratação, constante consta do Anexo I – Termo de Referência.

11.15. Constatado o atendimento aos requisitos deste Edital, a proposta da licitante será classificada.

11.16. Encerrado o julgamento das propostas, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, conforme **item 12.** deste Edital.

11.17. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos art. 62 a 70, da Lei nº 14.133, de 2021.

1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (art. 7º, *caput*, da IN nº 3, de 2018).

- a) A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (art. 7º, parágrafo único, da IN nº 3, de 2018).

12.2. Para fins de habilitação, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir:

Habilitação jurídica:

1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
2. Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, juntamente com todas as alterações ou consolidação das alterações, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

- a) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

Regularidade fiscal e trabalhista:

5. Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
6. Comprovante de Inscrição no Cadastro de Contribuinte estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do presente Edital;
7. Certidão relativa à regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
8. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais, através de Certidão Conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
9. Certidão relativa à regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade;

10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa;

- a) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

Qualificação Econômico-Financeira:

11. Certidão Negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da Sede do licitante.

12.3. O licitante deverá ainda, apresentar DECLARAÇÃO conforme modelo constante do **Anexo III** deste Edital.

12.4. No caso da participação de empresas na forma de consórcio, cada consorciada deve apresentar individualmente os documentos relacionados nos **subitens 12.2.1. a 12.2.11.**, acrescido a esses, o cumprimento das exigências requeridas nas alíneas “a” a “f” abaixo:

- a) Comprovação de compromisso público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas;
- b) Indicação da empresa líder do consórcio;
- c) Declaração, firmada por todas as consorciadas, de que estão cientes do impedimento de participação de empresas consorciadas na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente;
- d) Compromisso de que, no caso de a proponente ser a vencedora, se obriga a promover, **antes da celebração do Contrato**, a constituição e registro de empresa de propósito específico que se sub-rogará automaticamente em todos os direitos e obrigações do consórcio.
- e) Declaração de que as empresas consorciadas serão responsáveis solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação como na de execução do Contrato.
- f) Indicação do percentual de participação de cada uma das empresas no consórcio.

12.5. Será verificado também, se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.6. Para fins de habilitação, a verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

12.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

- 1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, da IN nº 3, de 2018).

12.8. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.9. O licitante provisoriamente vencedor em um item que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis – **se for o caso**.

1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 39, §4º, da IN nº 73, de 2022):

1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.11. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, apresentar documentos incompletos, incorretos ou com o prazo de validade expirado.

12.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no **subitem 12.7**.

12.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º, do Decreto nº 8.538, de 2015).

12.17. Os documentos solicitados para participação nesta licitação quando não encaminhados em seus originais poderão ser validamente apresentados, por meio de publicação realizada em órgão da imprensa oficial ou, ainda, por cópia simples quando a confirmação do seu teor puder ser feita pela Administração junto aos órgãos públicos emitentes, via “Internet”.

12.18. Não serão aceitos protocolos ou documentos com data de validade vencida. Quando não consignar o prazo de validade, será considerado válido o documento expedido com data não superior a 120 (cento e vinte) dias anteriores à data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

12.19. No caso de documentos produzidos em outro país, deverão ser autenticados pelo respectivo consulado e traduzidos para o português por tradutor juramentado.

12.20. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

1. Toda documentação do licitante deverá se referir ao número de CNPJ da pessoa jurídica que efetivamente irá fornecer o bem ou prestar os serviços, quer seja matriz, quer seja filial (art. 75, § 1º, da Lei nº 10.406, de 2002 – Código Civil Brasileiro).

12.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

12.22. Será admitida apenas 1 (um) licitante vencedor para cada item.

13. DOS RECURSOS

13.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de **até 1 (uma) hora**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.fundhas.org.br.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.2. A adjudicação será feita pelo valor total de cada item ao licitante vencedor.

14.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A contratação do objeto desta licitação dar-se-á mediante assinatura de Contrato e do Termo de Ciência e de Notificação, nos termos dos **Anexos IV e V**, partes integrantes deste Edital.

15.2. O licitante considerado vencedor será convocado para, no prazo de 3 (três) dias úteis, assinar o Contrato e o Termo de Ciência e de Notificação, sob a pena de decair do direito de entregar os serviços, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4. A recusa injustificada do licitante em assinar o Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, nos termos do art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5. Constatada a hipótese descrita no subitem anterior, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o Edital, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 90, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.6. A contratação dos demais convocados fica vinculada à análise da documentação de habilitação contida no **item 12**. deste Edital.

15.7. Quando da contratação, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de qualificação apresentadas no processo licitatório.

15.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Diretor Presidente da CONTRATANTE, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 105 a 107, da Lei nº 14.133, de 2021, a critério da CONTRATANTE, e respeitada a vigência máxima decenal.

15.9. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a CONTRATANTE mantém interesse na realização do serviço;
4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

15.10. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

15.11. A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

15.12. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

15.13. O Contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DE EXECUÇÃO

16.1. Na presente contratação, não será exigida garantia.

17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

17.1. Os bens adquiridos serão recebidos provisoriamente, na Sede da Administração pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, se não houver, antes disso, qualquer comunicado por parte da Administração.

17.2. Na hipótese da não aceitação dos bens, a Administração notificará o CONTRATADO das irregularidades e registrará o fato, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível, indicando as razões da não aceitação.

1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.3. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto e estar em conformidade com os termos da Portaria CAT-162, de 29/12/2008, devidamente atualizada, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, se o caso.

1. O não atendimento da prescrição acima sujeita o licitante à recusa dos bens, bem como às demais sanções legais e contratuais cabíveis.

17.4. Não será aceito preço divergente do constante na Autorização de Fornecimento e proposta vencedora.

17.5. O CONTRATADO fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o bem em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções cabendo à fiscalização não atestar o Recebimento Definitivo até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do CONTRATADO pela qualidade e garantia do objeto.

17.7. Prazo de entrega: o prazo para ativação das licenças não poderá ser superior a 10 dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento.

- a) O prazo de entrega se inicia no dia útil seguinte ao do envio da Autorização de Fornecimento.

17.8. A entrega dos serviços e o recebimento dos mesmos deverão seguir ainda, as disposições descritas **no item 5. do Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

18. DOS PAGAMENTOS

18.1. Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços, objeto do Contrato, será efetuado em moeda corrente nacional, mediante crédito em conta corrente de titularidade da Contratada, da seguinte forma:

1. Entrega da Nota Fiscal/Fatura correspondente à prestação mensal dos serviços;
2. Conferência e aprovação pelo Fiscal do Contrato;
3. Pagamento: mínimo de 15 (quinze) dias após aprovação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratante.

18.2. A liquidação dos valores correspondentes ao fornecimento dos serviços será realizada através de depósito bancário, devendo ser informados o nome do banco, agência e conta corrente, em nome da CONTRATADA.

18.3. A entrega das notas fiscais/faturas à Administração correspondentes ao fornecimento dos serviços não poderá exceder 2 (dois) dias úteis à sua emissão.

18.4. Caso haja emissão de nota fiscal eletrônica, o e-mail para cadastro no sistema é: almoxarifado@fundhas.org.br.

18.5. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas, CNPJ nº 57.522.468/0001-63.

18.6. A Administração se reserva o direito de descontar do pagamento, eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas, danos, e prejuízos contra terceiros.

18.7. Em caso de erros ou omissões nas notas fiscais, o prazo estipulado no **item 18.1.** será contado a partir da data de sua reapresentação.

18.8. Aplica-se à contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234, de 2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de Setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda – IR, por parte da Administração Pública Municipal.

18.9. Os critérios de pagamento das licenças deverão seguir ainda, as disposições descritas no **item 6 do Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

19. DO REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contados da data-base vinculada à data do orçamento estimado, sendo esta a data de 22/04/2025.

19.2. A CONTRATANTE concederá reajuste no preço à CONTRATADA, segundo inflação apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro valor menor de comum acordo entre as partes, para continuidade da prestação dos serviços, decorridos 12 (doze) meses da data-base vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021. (22/04/2025)

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

19.5. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

19.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

19.7. Caso haja reajuste, este poderá ser realizado através de Apostilamento.

19.8. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA devidamente instruídas e endereçadas à Gestão de Contratos. A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito ao reajuste dos preços do Contrato até 30 (trinta) dias antes de completar a anualidade prevista no item 6.2.

19.9. Caso a CONTRATADA não efetue de forma tempestiva o requerimento ao reajuste e prorrogue o

Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar, entendido este ato como renúncia ao direito de reajuste por parte da CONTRATADA.

20. DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

20.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.2. O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da (s) entrega (s) do objeto, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.3. O fiscal do Contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (art. 117, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.4. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE (art. 120, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.5. A fiscalização da fase de execução dos contratos celebrados nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, está disciplinada pela Portaria nº 7/2024 – Fundhas.

21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Licitante/CONTRATADA que:

- a) Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do Contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do Contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas *b, c, d, e, f e g* do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas *h, i, j, k e l* do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas *b, c, d, e, f e g*, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
4. Multa:

- a) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- c) compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.

21.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, I, da Lei nº 14.133, de 2021.

21.4. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.5. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE, a CONTRATADA, além da perda desse valor, terá a diferença descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, d da Lei nº 14.133, de 2021);
3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

21.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em Processo Administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
2. As peculiaridades do caso concreto;
3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. Os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e Contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.10. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

21.12. Os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, estão disciplinadas pela Portaria nº 19/2024 – Fundhas.

22. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

22.1. O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

1. O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferecer vantagem;
2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;
3. Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

22.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1. Nesta hipótese, aplicam-se também, as disposições dos art. 138 e 139 da mesma Lei.
2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.
 - a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

22.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido por:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

22.4. Constituirão motivos para extinção do Contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do Processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas correlatas ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que restrinja sua capacidade de concluir o Contrato;
4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA;
5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato;

6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
8. Razões de interesse público, justificadas pela CONTRATANTE;
9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

23. DOS ANEXOS

23.1. Fazem parte deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes Anexos:

ANEXO I –	Termo de Referência
ANEXO II –	Proposta Comercial – Modelo
ANEXO III –	Declaração – Modelo
ANEXO IV –	Contrato – Minuta
ANEXO V –	Termo de Ciência e Notificação – Modelo

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Será divulgado relatório das ocorrências durante a sessão pública no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.9. Todas as informações adicionais com relação ao objeto deverão estar especificadas na proposta, de acordo com o art. 30, da Lei 8.078 de 11/09/1990 e suas alterações (Código de Defesa do Consumidor).

24.10. A Administração, responsável pelo presente Pregão, reserva-se o direito de:

1. Revogá-lo, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público

decorrente de fato superveniente, ou anular o procedimento, quando constatada ilegalidade no seu processamento;

2. Alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de propostas, na forma da legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das ofertas;
3. Adiar o recebimento das propostas, divulgando, mediante aviso público, a nova data.

24.11. O resultado do presente certame será divulgado no Portal Nacional de Compras Públicas, no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br – Caderno Executivo I) e no jornal Diário de Notícias, e facultativamente, por meios eletrônicos.

24.12. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e, se esta Administração entender cabível, também no site www.fundhas.org.br, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenha integrado o Edital e seus anexos.

24.13. As dúvidas surgidas na aplicação do presente Edital, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela Presidência da Administração.

24.14. Fica eleito o foro de São José dos Campos – SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões não resolvidas administrativamente e que não puderam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

São José dos Campos, 08 de maio de 2026

Juvenil de Almeida Silvério,
Diretor Presidente

Processo de Compra Digital nº 45/2026 – Pregão Eletrônico nº 90004/2026

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

UASG: 926639

Órgão: Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas - Rua Santarém, nº 560 – Parque Industrial, São José dos Campos/SP – CEP 12235-550

Objeto: Renovação de subscrição de licenças para Firewall da marca Sophos, aquisição de licenças de solução de proteção de endpoint (Antivírus) e AutoCAD

O presente instrumento, formalizado com base nos levantamentos efetivados no Estudo Técnico Preliminar, utilizou como parâmetro o relatório onde constam as justificativas para as presentes inserções e a materialização do planejamento. Somado às presentes exigências, deverão ser observados pelos interessados em formalizar propostas, todas as exigências que estarão contidas no Edital, quando couber.

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para renovação de subscrição de licenças para Firewall da marca Sophos, aquisição de licenças de solução de proteção de endpoint (Antivírus) e AutoCAD, conforme condições e exigências estabelecidas no item 1.2.
- 1.2. Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

Item	Cód. CATMAT	Descrição	Unid.	Qtd e.	Preço Unit.	Preço Total
1	609340	1.1 Pacotes de licença de firewall (Tipo 01 – Fundhas), IPS, antivírus, antispypware e filtro de web. Proteção contra ameaças avançadas e firewall web para appliance de firewall de próxima geração, conforme termo de referência – SOPHOS – Modelo XGS 2300 Licença Xstream Protection for XGS 2300 (Cód. 46.43.1)	SV	1	R\$ 40.800,00	R\$ 40.800,00
		1.2 Pacotes de licença de firewall (Tipo 02 – Cephas), IPS, antivírus, antispypware e filtro de web. Proteção contra ameaças avançadas e firewall web para appliance de firewall de próxima geração, conforme termo de referência – SOPHOS – Modelo XGS 2100 Licença Xstream Protection for XGS 2100 (Cód. 46.43.3)	SV	1	R\$ 20.400,00	R\$ 20.400,00
Valor Total Item 1:						R\$ 61.200,00
2	350949	Renovação de Licença de Antivirus ESET	SV	1	R\$ 24.318,00	R\$ 24.318,00
3	26077	Renovação de Licença de Autocad	SV	1	R\$ 16.011,82	R\$ 16.011,82

1.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme informado na SD originária.

1.3. Utilização do catálogo de padronização:

1.3.1. O órgão adotará catálogo próprio e os produtos não estão padronizados até a presente data, sendo utilizada a especificação técnica contida no sistema interno enquanto o catálogo de padronização está sendo construído gradativamente.

2. DA JUSTIFICATIVA/ NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação visa a aquisição de licenças de renovação de software e suporte para a solução de segurança de rede (Firewall NGFW) da fabricante Sophos, atualmente em operação nesta unidade. O objetivo é garantir a continuidade da proteção da infraestrutura de rede, incluindo atualizações de vacinas, filtros de conteúdo, prevenção de intrusões e suporte técnico do fabricante. A Administração já dispõe do ativo de hardware (Appliance modelo XGS 2300 (Sede e Unidades) e XGS 2100 (CEPHAS)). Trata-se de uma solução de natureza proprietária. O hardware em questão foi projetado para operar exclusivamente com o sistema operacional e as licenças de segurança desenvolvidas pela fabricante Sophos. A utilização de licenças de outros fabricantes é tecnicamente inviável sem a substituição completa do equipamento físico.

Quanto ao item de renovação de Antivírus, atualmente, a instituição utiliza a solução ESET para a proteção de seus servidores e estações de trabalho. O software tem se mostrado eficaz, atendendo aos requisitos de segurança exigidos pelas políticas internas, mantendo a integridade dos dados e prevenindo infecções por malwares, ransomwares e outras ameaças. Com o fim da vigência do contrato atual se aproximando, fez-se necessária a avaliação entre renovar a solução atual ou migrar para um novo fornecedor. Comercial e financeiramente, as fabricantes de software oferecem valores de renovação (upgrade/renewal) significativamente inferiores aos valores praticados para aquisição de licenças novas de ferramentas concorrentes. A troca de fornecedor exigiria a desinstalação manual ou via script do ESET e a posterior instalação (deploy) do novo agente em todos os equipamentos da instituição. Isso demandaria dezenas de horas de trabalho da equipe de suporte, gerando paralisações no atendimento a outras demandas críticas. Ao renovar, o processo no ambiente é invisível para o usuário final. Basta a atualização da chave de licença na central de gerenciamento da TI, sem necessidade de reiniciar máquinas ou interromper o trabalho dos colaboradores.

O AutoCAD é a principal ferramenta de trabalho utilizada pelas equipes de Engenharia/Projetos da empresa. A ferramenta é fundamental para a criação, visualização e edição de projetos técnicos. A proximidade do vencimento das licenças atuais exige a renovação da assinatura para evitar o bloqueio de acesso ao software e a paralisação das atividades do setor. O AutoCAD é o padrão absoluto de mercado. O ecossistema de projetos da empresa, incluindo o acervo de projetos legados (antigos) e a troca de arquivos com clientes, fornecedores e órgãos públicos, é feito no formato nativo .dwg. Migrar para softwares concorrentes (CADs alternativos) frequentemente gera erros de formatação, perda de escalas, corrupção de blocos dinâmicos e problemas de impressão, colocando em risco a integridade técnica dos projetos.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente solução como um todo estabelece os requisitos abaixo:

3.1. Da subcontratação

3.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

3.2. Demais requisitos

3.2.1. Item 1: Firewall NG

- o Item 1.1: Renovação de Licença e Suporte para Firewall Sophos XGS 2100 (Serial Number: X21010P3DM9BJ1A)
 - o Item 1.2: Renovação de Licença e Suporte para Firewall Sophos XGS 2300 (Serial Number: X23008THJ83DPC8)
1. Período de Cobertura: 12 (doze) meses a partir da data de ativação.
 2. Atualizações de Segurança: Direito a download e aplicação de todas as atualizações de firmware (Minor e Major releases) lançadas pelo fabricante durante a vigência do contrato.
 3. Assinaturas de Proteção: Subscrição contínua para proteção de rede (Network Protection), proteção web (Web Protection) e proteção contra ameaças avançadas/zero-day (Zero-Day Protection/Sandboxing).

3.2.1.1. Suporte Técnico do Fabricante (Enhanced Support)

1. Horário de Cobertura: 5 dias por semana x 8 horas diárias (em dias úteis).
2. SLA (Acordo de Nível de Serviço): Tempo de resposta máximo de 4 horas úteis para chamados de alta criticidade.
3. Canais de Atendimento: Acesso ao suporte diretamente com os engenheiros do fabricante via telefone, e-mail e acesso remoto.
4. O prazo para a entrega (ativação) das licenças não poderá ser superior a 10 dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento.
5. A entrega dar-se-á de forma lógica (eletrônica), mediante envio do Certificado de Licenciamento emitido pelo fabricante e disponibilização no portal de licenciamento do órgão (Sophos Central ou portal correspondente).
6. Fornecer as licenças e o suporte técnico rigorosamente de acordo com as especificações deste Termo.
7. Garantir que as licenças sejam emitidas em nome do Fundação Hélio Augusto de Souza, vinculadas aos números de série (Serial Numbers) informados.
8. Comprovar, mediante declaração do fabricante, que é uma revenda autorizada (Partner) da Sophos para comercializar o licenciamento e garantir o suporte no Brasil.
9. Responsabilizar-se por quaisquer falhas no processo de ativação das licenças junto ao portal do fabricante.

3.2.2. Item 2: Antivírus

3.2.2.1. Especificações Técnicas

1. Console de gerenciamento centralizada.
2. Forma de entrega: Licença Digital.

3. O software deve dispor de gerenciamento com administração centralizada, com facilidades para instalação, administração, monitoramento, atualização e configuração, com todos os módulos de um único fornecedor.
4. O acesso ao Console de Gerenciamento deve ser efetuado via tecnologia Web segura (HTTPS) compatível, no mínimo, com os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox, Microsoft Edge, Opera e Safari.
5. O acesso ao Console deve suportar várias sessões simultâneas.
Mecanismo de comunicação (via push) em tempo real entre servidor e clientes, para entrega de configurações e assinaturas.
6. Permitir o agrupamento dos computadores, dentro da estrutura de gerenciamento, em sites, domínios e grupos, com administração individualizada por domínio.
7. O servidor de gerenciamento deve possuir compatibilidade para instalação nos seguintes sistemas operacionais em todas as versões/distribuições/releases e Hypervisors:
 - o Microsoft Windows 10;
 - o Microsoft Windows 11;
 - o Microsoft Windows Server 2012 R2;
 - o Microsoft Windows Server 2016;
 - o Microsoft Windows Server 2019;
 - o Microsoft Windows Server 2022;
 - o Microsoft Windows Server 2025;
 - o Ubuntu 20.04 LTS x64;
 - o RHEL Server 8 x64;
 - o Debian 10 x64;
 - o Debian 11 x64;
 - o Rocky Linux 9;
 - o VMware vSphere/ESXi 6.5 e posterior;
 - o VMware Workstation 9 e posterior;
 - o VMware Player 7 e posterior;
 - o Microsoft Hyper-V Server 2012, 2012 R2, 2016, 2019, 2022;
 - o Oracle VirtualBox 6.0 e posterior;
 - o Citrix 7.0 e posterior;
8. O servidor de gerenciamento deve possuir compatibilidade para instalação em sistemas operacional de 64-bits tanto em ambiente virtual quanto físico, disponibilizado pela CONTRATANTE.
9. O console de gerenciamento deve oferecer gerenciamento em nuvem, disponibilizado pela CONTRATADA.
10. Possuir integração com LDAP e Active Directory, para importação da estrutura organizacional.

11. Possibilidade de aplicar regras diferenciadas baseando-se na localidade lógica da rede.
12. Possibilidade de criar grupos separando as regras aplicadas a cada dispositivo.
13. Possibilidade de instalação dos clientes em estações de trabalho e servidores, podendo estes ser físicos ou virtualizados, via console de gerenciamento, de forma remota, sem intervenção do usuário (modo silencioso).
14. Possibilitar a remoção, de forma automatizada, das soluções dos principais fabricantes atualmente instalados nas estações de trabalho e/ou servidores da CONTRATANTE.
15. Deve ter a funcionalidade de descobrir automaticamente as estações da rede que não possuem o cliente instalado por meio de funcionalidade integrada ao console de gerenciamento.
16. Fornecer ferramenta de pesquisa de estações e servidores da rede que não possuem o cliente instalado com opção de instalação remota.
17. A console de gerenciamento deve apresentar funcionalidade que impeça o usuário de alterar as configurações do cliente gerenciado de modo que não se possa alterar, importar e exportar configurações, abrir a console do cliente, desinstalar ou parar o serviço do cliente.
18. O console de gerenciamento deve possuir capacidade de criação de contas de usuário com diferentes perfis de acesso (minimamente os níveis de operador e administrador).
19. A solução deve possuir sistema RBAC (Role Based Access Control) para definir acessos customizados de usuários adicionais no console, oferecendo granularidade para configuração dos acessos, para segregar os acessos, limitando os acessos, não exclusivamente a políticas, tarefas, e demais objetos do console.
20. O console de gerenciamento deve possuir log centralizado e conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - o Nome da ameaça;
 - o Nome do arquivo infectado;
 - o Caminho da detecção;
 - o HASH do arquivo;
 - o Data e hora da infecção;
 - o Ação tomada;
 - o Endereço de IP da máquina;
 - o Usuário autenticado na máquina;
 - o Origem da ameaça (IP ou hostname da máquina) caso a ameaça tenha se propagado;
 - o O console de gerenciamento deve fornecer, em tempo real, o status atualizado das estações de trabalho, com pelo menos as seguintes informações:
 - o Nome da máquina;
 - o Endereço IP da máquina;
 - o Malwares não removidos;
 - o Status da conexão;
 - o Data da vacina;
 - o Versão do antivírus instalado.
21. O console de gerenciamento deve prover alertas de segurança via e-mail, com informações de infecção de máquinas e ataques. Suportando no mínimo alertas dos seguintes módulos:
 - o Detecções de Malware;
 - o Detecções de Firewall;
 - o Detecções via EDR;

22. O console de gerenciamento deve utilizar o protocolo HTTPS para comunicação entre console de gerenciamento e o cliente gerenciado.
23. Capacidade de voltar (rollback) para versão de atualização anterior (da solução ou vacina) mediante procedimento específico no console de gerenciamento.
24. A interface do console de gerenciamento deve ser totalmente em português do Brasil.
25. O console deverá funcionar também por meio de um Appliance Virtual, cuja imagem será fornecida pelo fabricante.

3.2.2.2. Requisitos da Solução de Antivírus

1. O acesso ao console de administração do antivírus deve ter a possibilidade de ser feito com duplo fator de autenticação, configurado dentro do console, onde seja possível ativá-lo sem a necessidade de nenhum add-on.
2. A solução deve possuir compatibilidade de integração com Microsoft Entra ID, para login único no console de gerenciamento, utilizando Single Sign-On (SSO).
3. Deve gerar pacotes de instalação dos clientes, para cada tipo de sistema operacional existente na estrutura da CONTRATANTE, possibilitando a gravação em mídia e a instalação do software em ambientes onde não seja possível a instalação via rede corporativa.
4. Permitir forçar a instalação do software cliente do antivírus nos computadores, reinstalando-o em caso de desinstalação ou corrupção do mesmo.
5. Suportar o gerenciamento de todos os clientes instalados nas máquinas (estações de trabalho, servidores, tablets e smartphones) a partir do servidor de Console de Gerenciamento, oferecendo a possibilidade de configuração centralizada e remota de todas as funcionalidades.
6. Gerenciar de forma remota as configurações do firewall local de cada máquina com o cliente instalado.
7. A solução deve oferecer recurso para isolar as máquinas da rede, mantendo apenas comunicação segura com o servidor de gerenciamento.
8. A solução deve permitir a criação de exceções para o isolamento de rede, permitindo que a solução mantenha comunicação com alguns endereços de IP durante o isolamento.
9. A solução deve oferecer recurso para criação de grupos e subgrupos de máquinas baseado na hierarquia do Active Directory e LDAP e em identificador único de clientes, tal como endereço IP.
10. A solução deve permitir forçar a configuração determinada no servidor para os clientes, protegendo o software cliente de alterações pelos usuários, com senha pré-determinada no console de gerenciamento.
11. Atualização/sincronização de configurações nos clientes sem a necessidade de reinicialização ou logoff.
12. A solução deve permitir a criação de tarefas de rastreamento de malwares em períodos pré-determinados e na inicialização do sistema operacional.

13. Permitir a criação de tarefas de atualização de vacinas e novas versões de software em períodos pré-determinados.
14. A solução deve possuir ferramentas próprias para centralizar e distribuir atualizações de software e atualizações dos módulos, não será aceito o uso de ferramentas de terceiros.
15. A solução deve permitir criação das tarefas para uma máquina, um grupo de máquinas e/ou para todas as máquinas.
16. A solução deve possuir no mínimo 50 modelos de relatórios pré-configurados com filtros e conjuntos de filtros na console de gerenciamento.
17. No console de gerenciamento em nuvem, a solução deve permitir a criação de relatórios customizados. Não serão aceitos apenas os relatórios pré-configurados da solução.
18. A solução deve permitir a geração de relatórios, permitindo a customização dos mesmos e a exportação para, pelo menos, os seguintes formatos:
 - o CSV;
 - o PDF.
19. A solução deve permitir a geração de relatórios que contenham as seguintes informações:
 - o Máquinas com a lista de definições de vírus desatualizada, bem como de todas as máquinas e suas respectivas versões da lista de definições de vírus;
 - o Versão do software de proteção instalado em cada máquina;
 - o Vírus que mais foram detectados;
 - o Máquinas que mais sofreram infecções em um determinado período.
20. A solução deve permitir o armazenamento em um banco de dados centralizado das informações coletadas nos clientes, sendo no mínimo:
 - o Registro de eventos (log);
 - o Relatórios de eventos de vírus e status dos clientes;
 - o Relatórios de todos os softwares instalados;
 - o Relatórios de todos os componentes de hardware encontrados.
21. A solução deve ter a capacidade de enviar eventos para um servidor SIEM ou Syslog, suportando no mínimo os seguintes formatos:
 - o JSON;
 - o LEEF;
 - o CEF.
22. A solução deve fornecer, em tempo real, o status atualizado da solução de proteção nas estações de trabalho e servidores.
23. A solução deve possibilitar a exportação, em formato PDF e CSV, de relatórios que atuem com inventário de hardware e software de todas as estações e servidores ativos na estrutura da console de gerenciamento.
24. A solução deve permitir a instalação remota do agente e produto de segurança por meio de GPO e de SCCM.
25. Possuir módulo de gerenciamento de dispositivos móveis Android e iOS.

26. A solução deverá disponibilizar o gerenciamento de dispositivos móveis através do console em nuvem.
27. Possibilitar a instalação da solução de segurança nos dispositivos móveis de maneira manual via QR code, link gerado pela solução de gerenciamento e envio por e-mail.
28. Através da console de gerenciamento a solução deve possibilitar a ativação da opção de bloqueio de exploit nas estações e servidores.
29. A solução deve permitir a configuração de atualização incremental e on-line das vacinas.
30. Atualização em clientes móveis (notebook, laptop, netbook, ultrabook e similares) a partir do site do fabricante do anti-malware, bem como de outra fonte definida pelo administrador.
31. Capacidade de configurar políticas móveis para quando um computador estiver fora da estrutura de proteção, possa atualizar-se via internet.
32. Possibilidade de criação de planos de distribuição das atualizações via comunicação segura entre clientes e servidor de gerenciamento e site do fabricante.
33. A solução deve oferecer a possibilidade de eleição de qualquer cliente gerenciado como um servidor de distribuição das atualizações, podendo eleger mais de um cliente para esta função.
34. Qualquer atualização de vacinas deve ser possível sem a necessidade de reinicialização do computador ou serviço para aplicá-la.

3.2.2.3. Solução de Antivírus para estações e servidores

1. A solução ofertada deve suportar sistemas operacionais com arquitetura 32-bits e 64-bits.
2. Deve ser gerenciado via console de gerenciamento centralizado.
3. Interface do software cliente deve ser fornecido em português do Brasil.
4. Os manuais da solução devem ser fornecidos em português do Brasil, ou inglês.
5. O cliente para instalação em estações de trabalho e servidores deverá possuir compatibilidade para instalação com os seguintes sistemas operacionais, minimamente, nas seguintes versões:
 - o Microsoft Windows 10;
 - o Microsoft Windows 11;
 - o Microsoft Windows Server 2012 R2;
 - o Microsoft Windows Server 2016 (Server Core e Desktop Experience);
 - o Microsoft Windows Server 2019 (Server Core e Desktop Experience);
 - o Microsoft Windows Server 2022 (Server Core e Desktop Experience);
 - o Microsoft Windows Server 2025 (Server Core e Desktop Experience);
 - o Ubuntu Desktop 20.04 LTS;
 - o Ubuntu Desktop 22.04 LTS;
 - o Ubuntu Desktop 24.04 LTS;
 - o Red Hat Enterprise Linux 8;
 - o Red Hat Enterprise Linux 9;
 - o Linux Mint 20;
 - o Linux Mint 21;

- o Linux Mint 22;
 - o Ubuntu Server 20.04 LTS;
 - o Ubuntu Server 22.04 LTS;
 - o Ubuntu Server 24.04 LTS;
 - o Debian 11;
 - o Debian 12;
 - o Alma Linux 8;
 - o Alma Linux 9;
 - o Rocky Linux 8;
 - o Rocky Linux 9;
 - o SUSE Linux Enterprise Server (SLES) 15;
 - o Oracle Linux 8;
 - o Oracle Linux 9;
 - o Amazon Linux 2;
 - o Amazon Linux 2023;
 - o MacOS 11 Big Sur;
 - o MacOS 12 Monterey;
 - o MacOS 13 Ventura;
 - o MacOS 14 Sonoma;
 - o MacOS 15 Sequoia;
 - o Android 6 e versões posteriores;
 - o iOS 9 e versões posteriores;
 - o iPadOS 13 e versões posteriores.
6. O cliente deve ter a capacidade de continuar operando, mesmo quando o servidor de gerenciamento não puder ser alcançado pela rede.
 7. O cliente deve ter a capacidade de atualizar a versão do agente através do servidor de gerenciamento.
 8. Quando o servidor de gerenciamento estiver inoperante ou o agente estiver incapaz de comunicar-se com o servidor por razões distintas, o agente deve ser capaz de atualizar vacinas e componentes mediante comunicação com uma nuvem de dados fornecida pelo fabricante.
 9. A solução deve possuir recursos para criação de planos de distribuição das atualizações via comunicação segura entre clientes e servidor de gerenciamento.
 10. Permitir o rastreamento de malware, agendado bem como manual, com a possibilidade de selecionar como alvo uma máquina ou grupo de máquinas.
 11. O cliente gerenciado deve implementar funcionalidade em que as configurações, alteração, desinstalação, desativação do serviço, importação e exportação de configurações possam ser bloqueadas por senha, através do console de modo a evitar que o usuário da estação de trabalho interfira no funcionamento da solução.
 12. Atualização de configurações, sem interação (em background) nos clientes, sem a necessidade de reinicialização ou logoff.
 13. Capacidade de bloquear ameaças que exploram a ausência de correções do Sistema Operacional (patches) fazendo com que as ameaças que se utilizam de vulnerabilidades sejam bloqueadas enquanto a correção oficial não esteja instalada/disponível corretamente, possuir análise heurística e inteligência artificial (Machine Learning) capaz de identificar e bloquear qualquer ameaça externa que se utilize de vulnerabilidades dos sistemas operacionais.
 14. Caso a solução encontre algum arquivo mal-intencionado (tais como ameaça dia-zero, ameaça persistente), deve possuir capacidade de análise e posterior bloqueio automático.

15. A função de Escaneamento de vírus deverá ter a possibilidade de configuração de exceções:
 - o Excluir da verificação tipos de arquivos tais como .TXT (arquivo de texto simples);
 - o Pastas e arquivos pré-determinados através do caminho, bem como hash.
16. Deve permitir a instalação e desinstalação da solução de proteção remotamente, através do console de gerenciamento centralizado.
17. Possibilidade de instalação presencial por meio de mídia de instalação fornecida ou gerada através do servidor de antivírus.
18. Programação de atualizações automáticas das listas de definições de vírus, a partir de local predefinido da rede, com frequência (no mínimo a cada hora) e horários definidos no console de gerenciamento centralizado:
 - o Permitir atualização incremental da lista de definições de vírus;
 - o Permitir atualização por endereço do próprio fabricante, como opção além do servidor local;
 - o Permitir configuração remota de ordem de preferência de endereços de atualização;
 - o Permitir configurar conexão do endpoint com o servidor de gerenciamento por meio de serviço de proxy local;
 - o Permitir a atualização da lista de arquivos a serem verificados contra vírus através da lista de definições de vírus.
19. No sistema operacional Linux, além de proteger e rastrear seus sistemas de arquivos, deve proteger também os arquivos armazenados em compartilhamentos SAMBA/CIFS e os arquivos que de alguma forma estejam disponibilizados para o acesso de clientes Windows em um servidor Linux.
20. Deve ser capaz de detectar e remover todos os tipos de malwares, incluindo vírus, ransomware, worm, trojan, spyware, rootkit, vírus de macro e códigos maliciosos.
21. Possuir mecanismo de detecção baseado em ferramentas de análise e detecção como:
 - o Machine Learning;
 - o Intrusion Prevention System;
 - o Inteligência Artificial.
22. Rastreamento em tempo real para vírus de macro e arquivos criados, copiados, renomeados, movidos ou modificados, inclusive em sessões DOS abertas pelo Windows.
23. Possuir módulo de proteção em tempo real do sistema de arquivos, o qual deve controlar todos os arquivos no sistema a fim de detectar código malicioso quando os arquivos são abertos, criados ou executados.
24. Possuir módulo de detecção proativa que forneça proteção contra uma nova ameaça durante a propagação inicial.
25. A solução para estações de trabalho Windows deve possuir módulo com funcionalidade de navegador seguro, para proteção de acesso a websites que contenham dados confidenciais. Não serão aceitos módulos convencionais de “Web Protection”, deverá oferecer camada adicional dedicada para tal proteção.
26. Empregar proteção baseada em nuvem conectada diretamente aos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento do fabricante.

27. A solução deve possuir módulo dedicado para detecção e proteção contra variantes de ransomware existentes no mundo, a fim de atuar como um escudo contra este tipo de ameaça.
28. O módulo dedicado para detecção e proteção contra variantes de ransomware deve contar com recurso de remediação (rollback), permitindo que possíveis arquivos criptografados durante o processo de detecção sejam restaurados ao seu estado original.
29. O recurso de remediação (rollback) do módulo dedicado para detecção e proteção contra variantes de ransomware deve ser baseado exclusivamente em um motor de Machine Learning, visando melhorar a eficácia do processo de restauração. Não serão aceitas soluções que utilizam apenas o mecanismo Volume Shadow Copy Service (VSS), da Microsoft.
30. A solução deve ser capaz de fazer a varredura em um estado ocioso para fornecer proteção proativa enquanto o equipamento não está em uso.
31. Deve permitir diferentes configurações de varredura em tempo real, tornando o produto mais performático, principalmente em máquinas com baixo desempenho de hardware.
32. Deve efetuar o rastreamento em tempo real dos processos em memória, para a captura de vírus executados em memória sem a necessidade de escrita de arquivo.
33. Deve efetuar a detecção em tempo real e limpeza de programas maliciosos como spywares, ransomware, adwares, jokes, discadores, ferramentas de administração remota e programas quebradores de senha, realizando a remoção desses programas e a restauração de áreas do sistema danificados pelos mesmos, com possibilidade de criar uma lista de exclusão dos programas não desejados, onde a administração seja centralizada pela mesma console de gerenciamento do antivírus.
34. Deve efetuar o rastreamento manual com interface gráfica, customizável, com opção de limpeza.
35. Deve efetuar o rastreamento por linha de comando, parametrizável, com opção de limpeza.
36. Deve permitir a programação de rastreamentos de malwares automaticamente com as seguintes opções:
 1. Escopo: todos os drives locais, drives específicos, bem como pastas específicas;
 2. Ação: somente alertas, limpar automaticamente, apagar automaticamente ou mover automaticamente para área de segurança;
 3. Frequência: diária, semanal e mensal;
 4. Exclusões: pastas e arquivos que não devem ser rastreados
37. Possuir área de segurança (quarentena) no computador no qual o cliente estiver executando a proteção.
38. Detecção de anomalias através dos métodos de assinatura, heurística e por comportamento.
39. Proteção contra ameaças via internet.
40. A solução deve conter pelo menos:
 - o Ajuste no nível de sensibilidade da detecção;

- o Lista de exceção.
- 41. Detecção em tempo real e possibilidade de bloqueio e remoção de malwares provenientes de downloads realizados na ambiente web.
- 42. Permitir que a funcionalidade de rastreamento em tempo real na navegação possa ser desabilitada pelo administrador.
- 43. Detecção em tempo real e possibilidade de bloqueio e remoção de malwares no conteúdo e anexos de mensagens de correio eletrônico, pelo antivírus cliente, analisando tráfego e suportando principais clientes (no mínimo Outlook).
- 44. Permitir que a funcionalidade de rastreamento em tempo real de e-mail possa ser desabilitada pelo administrador.
- 45. A solução deve oferecer recurso de controle de dispositivos, tendo a capacidade de controlar, minimamente, os seguintes dispositivos:
 - o Pendrive;
 - o HD externo;
 - o Celulares;
 - o Tablets;
 - o CD/DVD;
 - o Impressora USB;
 - o Armazenamento de FireWire;
 - o Dispositivo Bluetooth;
 - o Leitor de cartão inteligente;
 - o Dispositivo de criação de imagem;
 - o Modem;
 - o Porta LPT/COM;
 - o Dispositivo portátil.
- 46. O módulo de controle de dispositivos deve estar disponível para estações de trabalho Windows, macOS e Linux.
- 47. Ferramenta de firewall bidirecional local no cliente, com possibilidade de configuração, ativação e desativação através da console de gerenciamento centralizada, contendo filtros especificados por aplicação, protocolo, IP, range de IPs, rede, porta e range de portas.
- 48. O módulo de firewall local da solução de proteção deverá tratar tráfego de entrada e de saída de forma independente.
- 49. A solução deve permitir bloquear a conexão de dispositivos removíveis.
- 50. A solução deve gerar registro (log) dos eventos de vírus em arquivo.
- 51. A solução deve gerar relatórios, ao menos, de:
 - o Eventos de vírus;
 - o Status da proteção nos clientes;
 - o Status dos updates da proteção.
- 52. Gerar notificações de eventos de vírus através de alerta por e-mail, ao menos.
- 53. Gerar relatórios incluindo tipos de vírus, nome do vírus e se precisa de atualização do Sistema Operacional.

54. Possuir controle de acesso a discos removíveis reconhecidos como dispositivos de armazenamento em massa através de interfaces USB e outras interfaces, com as seguintes opções: acesso total, leitura e escrita, leitura e execução, apenas leitura, e bloqueio total.
55. Permitir a criação de exceções nos escaneamentos de arquivos.
56. Permitir o bloqueio de dispositivos com base nos seguintes critérios, minimamente:
 - o Fabricante;
 - o Modelo;
 - o Número de série.
57. Permitir a proteção contra ameaças provenientes da web por meio de um sistema de reputação de segurança das URLs acessadas.
58. A solução deve permitir a configuração de quais portas HTTPS serão escaneadas para verificação de conexões criptografadas.
59. O Firewall deve oferecer suporte aos protocolos TCP e UDP.
60. O Firewall deve reconhecer o tráfego DNS, DHCP e WINS com opção de bloqueio.
61. Possuir proteção contra ataques de Denial of Service (DoS), Port-Scan, Spoofing e botnet.
62. Deve permitir a criação de assinaturas personalizadas para detecção.
63. Deve permitir a criação de novas regras personalizadas no módulo de firewall.
64. Deve permitir criar regras diferenciadas por aplicações.
65. Deve permitir o bloqueio de ataques baseado na exploração de vulnerabilidades.
66. Deve possuir integração com navegadores web para prevenção de ataques.
67. Deve realizar proteção usando mecanismo de reputação on-line, reportando ao console de gerenciamento, informações referentes às ameaças durante a navegação web.
68. A solução deve prover proteção em tempo real contra vírus, trojans, worms, spyware, adwares e outros tipos de códigos maliciosos.
69. As configurações do anti-malware deverão ser realizadas através da mesma console da solução.
70. A solução deve permitir a criação de listas de exceções de arquivos e diretórios (arquivos ou diretórios que não serão varridos em tempo real).
71. A solução deve permitir a verificação das ameaças de maneira manual, agendada e em tempo real, detectando ameaças no nível do Kernel do sistema operacional, fornecendo a possibilidade de detecção de Rootkits.
72. A solução deve possibilitar que, nas varreduras agendadas, o disparo do processo ocorra por grupos com intervalos de tempo determinados, para reduzir impacto no ambiente.
73. A solução deve permitir configurar ações a serem tomadas na ocorrência de ameaças, incluindo Reparar, Deletar e Ignorar.

74. A solução deve possuir funcionalidades que permitam a detecção e reparo de arquivos contaminados por códigos maliciosos mesmo que sejam compactados.
75. Detecção, análise e reparação de vírus em arquivos compactados, automaticamente, incluindo pelo menos 05 níveis de compactação.
76. Deve suportar varredura de, no mínimo, os seguintes padrões de compactação:
 - o CAB;
 - o ZIP;
 - o RAR;
 - o LHA;
 - o ARJ;
 - o TAR.
77. A solução deve possuir a capacidade de terminar o processo e serviço da ameaça no momento de detecção.
78. A solução deve possuir a capacidade de identificação da origem da infecção, para malwares que utilizam compartilhamento de arquivos como forma de propagação, informando nome ou endereço IP da origem com opção de bloqueio da comunicação via rede.
79. A solução deve permitir bloquear a verificação de malware em recursos mapeados da rede.
80. A solução deve possuir capacidade de realizar monitoramento em tempo real por heurística correlacionando com a reputação de arquivos.
81. Não serão aceitas soluções de anti-malware que possuam engine de terceiros.
82. A solução deve permitir o bloqueio da execução de aplicações baseado em nome e pasta.
83. A solução deve permitir a detecção de ameaças desconhecidas em memória, por comportamento dos processos e arquivos das aplicações.
84. A solução deve possuir capacidade de detecção de keyloggers por comportamento dos processos em memória.
85. A solução deve possuir capacidade de detecção de Trojans e Worms por comportamento dos processos em memória, com opção de níveis distintos de sensibilidade de detecção.
86. A solução deve realizar inspeção de ameaças em ambiente isolado, com o emprego de ferramentas como:
 - o Aprendizado de máquina;
 - o Deep Learning;
 - o Análise estatística e dinâmica;
 - o Detecção baseada em comportamento;
 - o Introspecção na memória.
87. A solução deve ter a capacidade de realizar a detecção do malware por DNA do vírus.
88. A solução deve ter a capacidade de atualizar os patches do sistema operacional.
89. A solução deve ser capaz de detectar o uso do Hyper-V e ter uma verificação de malware específica disponível para este hypervisor.

90. Em servidores que usam “OneDrive for Business” deve ser possível explorar os arquivos armazenados nesta nuvem, procurando por arquivos comprometidos ou possível malware.
91. A solução de proteção de servidor deve incluir a detecção e bloqueio de intrusões, adicionando à lista negra os endereços identificados com este comportamento malicioso.
92. A solução deve adicionar exclusões automaticamente para aplicativos de servidor críticos.
93. A solução deve possuir otimização de desempenho para infraestruturas mistas (física e virtual), podendo eliminar a duplicação de verificações de arquivos, excluindo arquivos já verificados e limpos.
94. A solução deve controlar acesso a sites, possibilitando o bloqueio dos mesmos.
95. A solução deve permitir criar políticas de bloqueio com base em categorias e lista de URL.
96. A solução deve permitir gerar relatórios de sites acessados e bloqueados.
97. A solução deve permitir a personalização das mensagens exibidas quando um ou mais sites forem bloqueados.
98. A solução deve possuir recurso de verificação de malwares nas mensagens de correio eletrônico, pelo antimalware da estação de trabalho, suportando clientes de e-mail, que utilizem minimamente os seguintes protocolos:
 - o POP3;
 - o POP3S;
 - o IMAP;
 - o IMAPS.
99. A solução deve permitir a configuração de ações personalizadas para detecções realizadas pelo módulo de proteção de e-mail, suportando minimamente as seguintes ações:
 - o Mover o e-mail para uma pasta;
 - o Excluir o e-mail;
 - o Manter o e-mail.
100. Em equipamentos macOS, a solução deve possuir módulo para proteção de e-mails de entrada e saída.
101. Para a navegação na internet o produto deve possuir funcionalidade de anti-phishing para proteger os usuários finais de sites web falsos que tentam obter informações confidenciais.
102. A solução de proteção anti-spam deve realizar as verificações utilizando o protocolo SSL.
103. O módulo de proteção anti-spam deverá ser nativo e integrado ao Endpoint.
104. Possuir protocolo de replicação que utilize o protocolo HTTPS e o serviço de notificação via push.

3.2.2.4. Solução de Sandbox em nuvem

1. A solução deve ser do mesmo fabricante e integrado com a solução de proteção de endpoint, permitindo o gerenciamento através do mesmo console.

2. A solução de Sandbox em nuvem deve estar disponível minimamente para integração com os produtos para estações e servidores Windows, macOS e Linux.
3. A solução deve estar disponível no console de gerenciamento em nuvem.
4. A análise inicial do artefato deve ocorrer de forma local, na própria solução de proteção de endpoint. O envio de artefatos para verificação no Sandbox deve acontecer de forma automática, ou seja, sem a intervenção do usuário, caso a inteligência da solução detectar a necessidade de verificação detalhada no Sandbox.
5. A solução deve permitir o envio manual de artefatos para o Sandbox, diretamente através da interface da solução de proteção de endpoint, visando permitir que os usuários, bem como o próprio administrador, possam confirmar se determinado artefato representa algum tipo de perigo ao ambiente.
6. A solução deve exibir, de maneira centralizada, todos os artefatos enviados para o Sandbox, independentemente do resultado da análise, ou seja, permitindo que o administrador tenha visibilidade de todos os artefatos processados pelo Sandbox em nuvem.
7. A solução deve gerar relatório de comportamento para cada artefato processado pela solução, permitindo a visualização dos comportamentos testados e detectados pelo módulo de Sandbox.
8. A solução deve permitir a exportação do relatório comportamental gerado pelo módulo de Sandbox, no mínimo, para os formatos PDF e JSON.
9. O relatório comportamental gerado pela solução de Sandbox em nuvem, deve exibir, minimamente, as seguintes informações sobre o artefato analisado:
 - o Resultado da análise;
 - o Detalhes do arquivo;
 - o Hash SHA-1;
 - o Hash SHA-256;
 - o Detalhes da análise do Sandbox.
10. Caso a solução de Sandbox estiver em uso com a solução de detecção e resposta, deve possuir a capacidade de fornecer informações adicionais sobre a análise, exibindo, minimamente, as seguintes informações:
11. Comportamentos analisados:
 - o Ações realizadas em processos;
 - o Arquivos afetados;
 - o Registros afetados;
 - o Atividade de rede;
 - o Chamadas de API;
 - o Outros eventos.
12. Análise estática:
 - o Detalhes do artefato;
 - o Geometria do arquivo;
 - o Importações de bibliotecas;
 - o Funções de exportação de arquivos.dll;
 - o Métodos e funções utilizados pelo artefato.

13. Deve ser possível criar exclusões por caminho, nome de detecção, extensão, e hash do arquivo (SHA-1).
14. A solução deve oferecer configurações granulares para o envio automático de amostras para o módulo de Sandbox, permitindo habilitar e desabilitar, minimamente, o envio das seguintes categorias de arquivos:
 - o Executáveis;
 - o Arquivos;
 - o Scripts;
 - o Documentos.
15. A solução deve possuir recursos de configuração para definição do tempo máximo que os artefatos estarão disponíveis nos servidores do módulo de Sandbox.
16. A solução deve permitir a definição do tempo máximo para análise automática de artefatos.
17. A solução deve permitir a configuração do tamanho máximo (MB) para análise de artefatos.
18. Ao detectar um arquivo suspeito executado pela primeira vez, a solução deve exibir um aviso. Se a verificação for concluída antes do arquivo ser executado pela primeira vez, o aviso de arquivo sob verificação não será exibido. Deve eliminar automaticamente as amostras dos arquivos/executáveis nos servidores onde o comportamento foi analisado.
19. A solução de sandbox deve ter a capacidade para enviar e-mails de SPAM para sua análise.
20. Deve classificar os artefatos em categorias, oferecendo pelo menos as seguintes categorias: desconhecido, limpo, suspeito, altamente suspeito e malicioso.
21. Deve disponibilizar as seguintes informações de um arquivo enviado ao Sandbox na nuvem: nome do equipamento que enviou o arquivo, o usuário conectado no dispositivo, o resultado da análise, hash no formato SHA-1, nome do arquivo analisado, tamanho do arquivo, categoria.
22. Deve oferecer proteção proativa, ou seja, que o arquivo/executável seja bloqueado até receber o resultado do Sandbox na nuvem.
23. A solução deve possuir integração com a solução de antimalware, para possuir maiores possibilidades de proteção e aplicação de políticas.

3.2.2.5. Solução para criptografia de discos

1. A solução deve ser capaz de criptografar dispositivos Windows e macOS.
2. Para estações Windows, a solução deverá possuir tecnologia própria de criptografia. Não serão aceitas soluções que apenas oferecem gerenciamento do Microsoft BitLocker.
3. Para estações macOS, a solução deve ser capaz de gerenciar o FileVault disponibilizado pela Apple.
4. A solução deve dispor de recurso que permita o administrador ter visibilidade de quais dispositivos possuem o módulo de criptografia instalado, bem como os que ainda não possuem.
5. A solução deve permitir que o administrador monitore quais dispositivos estão criptografados, atendendo à política de criptografia definida, dispositivos que não estão criptografados, bem como dispositivos que apresentaram algum problema para aplicação da criptografia.

6. A solução deve ser capaz de criptografar os Endpoints desejados desde o início do sistema operacional.
7. A solução deve dispor de diversas possibilidades de recuperação de senha para usuários remotos que estejam bloqueados.
8. A solução deve poder programar as tarefas de criptografia sobre os Endpoints desejados com a possibilidade de retomar a execução em seu último estado em caso de pausa.
9. A solução deve ser administrada desde o mesmo console central com as outras soluções descritas neste termo de referência.
10. A solução deve possuir recurso para criptografar e descriptografar apenas o espaço em disco utilizado.
11. Possibilitar a opção de criptografar apenas o disco de inicialização, bem como criptografar todos os discos.
12. A solução deve possuir opções para utilização de TPM (Trusted Platform Module) se disponível, bem como forçar a utilização de TPM (Trusted Platform Module) para aplicação da criptografia de disco.
13. A solução deve possuir compatibilidade com a tecnologia de autcriptografia OPAL.
14. A solução deve possuir opções para utilização da tecnologia OPAL se disponível, bem como forçar a utilização de OPAL para aplicação da criptografia de disco.
15. A solução deve suportar a tecnologia Single Sign-On (SSO), permitindo que o usuário realize uma única autenticação no equipamento. Ao autenticar-se na tela de autenticação da solução, o usuário será automaticamente autenticado no sistema operacional, sem a necessidade de inserir suas credenciais novamente.
16. A solução deve permitir que o administrador configure os requerimentos mínimos para definição da senha que será utilizada na criptografia. No mínimo, os seguintes requerimentos devem ser configuráveis:
 - o Possibilidade de o usuário alterar sua senha sem intervenção do administrador, diretamente através da interface do produto.
 - o Caracteres da senha:
 - Utilização de letras em caixa baixa;
 - Utilização de letras em caixa alta;
 - Utilização de números;
 - Comprimento mínimo de senha.
 - o Possibilidade de limitar as tentativas incorretas de utilização da senha de criptografia.
 - o Possibilidade de definição do limite máximo de tentativas incorretas de utilização da senha de criptografia.
 - o Expiração da senha:
 - Possibilidade de configurar a expiração da senha utilizada na criptografia.
 - Tempo de expiração da senha (dias).
 - o A solução deve ter a capacidade de enviar um alerta ao usuário, informando-o sobre a expiração da senha, caso a configuração estiver habilitada.

- o A solução deve permitir que o administrador defina com quantos dias de antecedência o alerta deve ser enviado ao usuário.
 - o A solução deve permitir que o administrador instale a solução com uma senha pré-definida, retirando a necessidade que o usuário crie sua própria senha para a criptografia.
 - o Através da console central deve ser possível invalidar a senha de login do usuário e solicitar que mude sua senha de login por meio de uma interface gráfica.
 - o A solução deve permitir o bloqueio da senha de login do usuário, permitindo apenas o acesso através da senha única de recuperação, gerada através da console de gerenciamento.
 - o A solução deve permitir a remoção da senha de login do usuário, fazendo com que, neste caso, a máquina somente possa ser iniciada via ferramenta de recuperação avançada, executada pelo administrador da solução. Caso o equipamento estiver em uso no momento da ação de remoção, este deve ser reinicializado automaticamente para garantir o sucesso da ação.
17. A solução deve permitir que o administrador desative temporariamente a tela de autenticação através da console de gerenciamento, para realização de manutenção do equipamento, sem que a senha da criptografia seja solicitada, podendo reativá-la automaticamente após a conclusão da manutenção.
18. A solução deve possibilitar a desativação permanente da tela de autenticação, caso necessário.
19. Deve possibilitar que o administrador recupere os dados caso o usuário não consiga acessar a máquina com suas credenciais.
20. A senha de recuperação gerada pela solução deve ser única para cada máquina, ou seja, cada dispositivo criptografado irá possuir sua senha individual de recuperação, gerada automaticamente pela solução.
21. Deve possibilitar que o administrador gere uma nova senha de recuperação para o dispositivo.
22. A solução deve oferecer ferramenta de recuperação avançada, para casos em que há a impossibilidade de inicialização correta do dispositivo, devido à falha física ou falha do sistema operacional. Esta ferramenta deve permitir a inicialização da máquina por meio de uma mídia (pen drive USB e DVD), permitindo que os dados criptografados sejam recuperados após a descriptografia manual do disco.
23. A solução deve possuir compatibilidade com a tecnologia Microsoft Direct Storage.
24. A solução deve possuir compatibilidade com a tecnologia AES-NI, que utiliza o conjunto de instruções dos algoritmos Advanced Encryption Standard (AES), visando tornar o processo de criptografia e descriptografia mais rápido e eficiente.

3.2.2.6. Outros requerimentos gerais:

1. A solução ofertada não deve possuir restrições sobre a quantidade de equipamentos por sistemas operacionais para ativação das licenças. A totalidade das licenças contratadas pode ser ativada completamente em servidores, estações de trabalho, ou dispositivos móveis, respeitando apenas o limite total contratado.
2. Todos os módulos ofertados pelo fabricante, devem ser ativados utilizando uma única licença, sem a necessidade de aquisição de módulos separados (add-ons).

3. O fabricante deverá ter suporte local em idioma português do Brasil.
4. O fabricante da solução deve dispor de laboratório próprio para desenvolvimento de vacinas e engines e possuir analista dedicado a pesquisa de ameaças e malwares originados no Brasil. Esta informação deve ser comprovada pelo fabricante por meio de documentação oficial.
5. O fabricante deve possuir um laboratório de análise e detecção de malware na América Latina.
6. O fabricante deve possuir escritório próprio no Brasil.
7. O fabricante deve possuir documentação de apoio da solução em português do Brasil, ou inglês.
8. O fabricante deve ser citado nos relatórios do MITRE ATT&CK como contribuinte de informações e técnicas de detecção nos últimos anos.
9. O fabricante deverá participar do programa “Microsoft Active Protection Program”, visando o acesso antecipado a indicadores e informações técnicas que viabilizem a implementação proativa de regras de proteção, antes da disponibilização oficial dos patches de segurança.
10. O fabricante deve contar com a certificação ISO 9001 para o departamento de suporte técnico das soluções de segurança.
11. O fabricante deve contar com a certificação de segurança ISO 27001.

3.2.3. Item 3: CAD

1. Aquisição de subscrição (assinatura) de licenças de uso do software Autodesk AutoCAD, na modalidade *Single-User* (Usuário Nomeado), pelo período de **12 (doze) meses**, incluindo atualizações, suporte técnico e acesso aos conjuntos de ferramentas especializadas (*toolsets*).
2. Forma de Entrega: Licença Digital.

3.2.3.1. Requisitos Técnicos Mínimos do Software:

3.2.3.1.1. O software fornecido deve atender, impreterivelmente, às seguintes características e funcionalidades nativas:

1. Criação e Edição: Capacidade de elaboração de projetos, desenhos técnicos e modelagem em 2D e 3D.
2. Formato Nativo: Leitura, edição e gravação nativa no formato de arquivo .dwg, garantindo 100% de integridade dos dados, sem a necessidade de conversão ou importação prévia que possa gerar perda de informações de metadados, escalas ou corrompimento de blocos dinâmicos.
3. Conjunto de Ferramentas (*Toolsets*): A licença deve garantir o acesso aos conjuntos de ferramentas especializadas da plataforma, incluindo, no mínimo: *AutoCAD Architecture*, *AutoCAD Electrical*, *AutoCAD Mechanical*, *AutoCAD MEP*, *AutoCAD Map 3D*, *AutoCAD Plant 3D* e *Raster Design*.
4. Multiplataforma: Compatibilidade total com os sistemas operacionais Microsoft Windows (10 e 11) e macOS (Apple), além de disponibilizar acesso via aplicativos web (*AutoCAD na Web*) e dispositivos móveis (*AutoCAD Mobile App*).

5. Idiomas: Disponibilidade de instalação em múltiplos idiomas, incluindo obrigatoriamente Português (Brasil) e Inglês.
6. Automação e Customização: Suporte à criação e execução de rotinas LISP, macros, *Action Recorder* e integração com APIs (*AutoLISP*, *ActiveX*, *VBS*, *.NET*).

3.2.3.2. Modelo de Licenciamento e Gerenciamento (Requisitos para a TI):

1. Modalidade: Subscrição (*Subscription*) do tipo *Named User* (Usuário Nomeado/ *Single-User*), vinculada ao endereço de e-mail corporativo do colaborador.
2. Console de Administração: Disponibilização de portal web para o administrador de TI (Autodesk Account) realizar a gestão centralizada das licenças, permitindo a atribuição, revogação e realocação de licenças entre os usuários da instituição de forma autônoma.
3. *Downgrade Rights*: A assinatura deve garantir o direito de uso da versão mais atual (lançada durante a vigência do contrato), bem como o direito de acesso e instalação de versões anteriores (arquitetura legada), conforme a política de ciclo de vida do fabricante.

3.2.3.3. Atualizações e Suporte Técnico:

1. Acesso contínuo a todas as atualizações de segurança, correções de bugs (*hotfixes/service packs*) e novas versões (*upgrades*) lançadas pelo fabricante durante toda a vigência do contrato, sem custos adicionais.
2. Suporte técnico avançado (nível fabricante ou parceiro autorizado), com atendimento via web/e-mail e chat, para resolução de incidentes relacionados à ativação, instalação e erros de execução do software.

4. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do Diretor Presidente, podendo ser prorrogada pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2. Poderão ser realizados acréscimo ou supressões nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021.
- 4.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contados da data-base vinculada à data do orçamento estimado, sendo esta a data de 22/04/2025.
- 4.4. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice INPC ou outro menor, de comum acordo entre as partes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

1. A prestação dos serviços será mensal, pelo prazo de 12 (doze) meses.
2. A Contratada deverá entregar o(s) serviço(s) no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do envio da Autorização de Fornecimento.

3. Os serviços devem ser entregues no Almojarifado da FUNDHAS, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:00 horas e das 13:30 às 16:00, localizado à Rua Santarém, 560 - Parque Industrial São José dos Campos/SP, - CEP 12.235-550.
4. Condições do recebimento: Licença digital.
5. Prazo e forma de garantia: Suporte técnico gratuito e ilimitado por telefone e e-mail incluído em horário comercial (hora de Brasília), em dias úteis, no formato 8hX5d durante o período da licença.

5.2. Da forma de garantia, condições de manutenção e assistência técnica

1. A Contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado para garantir a continuidade operacional da solução, assegurando que eventuais falhas ou dúvidas sejam prontamente solucionadas.

6. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 6.1. As medições referentes ao presente objeto ocorrerão a cada 30 (trinta) dias.
- 6.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverão ser observadas as seguintes informações:
 - a) número do Contrato, da Autorização de Fornecimento ou Empenho;
 - b) número do Processo de Compra;
 - c) número da Licitação;
 - d) descrição detalhada do objeto;
 - e) período mensal da execução do serviço;
 - f) data de vencimento;
 - g) destaques de impostos ou motivo da isenção/imunidade/não incidência do ISSQN ou IRRF.
- 6.3. O contratado, durante toda a execução do Contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 6.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada pela Contratante, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
 1. Em caso de irregularidade da Contratada, será efetuada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sejam sanadas as respectivas pendências ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
 2. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
 3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar à equipe de fiscalização quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, de acordo com a efetiva execução do objeto.
 4. Persistindo a irregularidade, a Contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

5. A Contratada deverá observar a forma de remessa da NF e demais documentos que devem acompanhá-la, no Plano Básico de Fiscalização.

6.5. Pagamento:

6.5.1. O pagamento decorrente da execução dos serviços, objeto do Contrato, será efetuado em moeda corrente nacional, mediante crédito em conta corrente de titularidade da Contratada, da seguinte forma:

1. Entrega da Nota Fiscal/Fatura correspondente à prestação mensal dos serviços;
2. Conferência e aprovação pelo Fiscal do Contrato;
3. Pagamento: em no mínimo 15 (quinze) dias após aprovação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratante.
4. O documento de cobrança do Contratado será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pela Contratada.
5. Se for constatado erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
6. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
7. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
9. Aplica-se à contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de Setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda - IR por parte da Administração Pública Municipal.

7. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão Eletrônico, a ser realizado pela Divisão de Suprimentos, com adoção do critério de julgamento Menor Preço, conforme Art. 33 da Lei 14.133/2021.
- 7.2. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos previstos no Edital da licitação.

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. O valor total estimado da contratação é **R\$ 101.529,82 (cento e um mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos)**, conforme valor unitário referencial discriminado no item 1.2. deste instrumento, definido nos moldes estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Recurso: Municipal

Dotação: 51.01.3.3.90.40.12.243.5000.2.502.01.1100000, Ficha 10

Natureza da Despesa: Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ

Projeto 1: R\$ 35.691,32

Projeto 2: R\$ 19.679,50

Projeto 3: R\$ 26.479,50

Projeto 4: R\$ 19.679,50

Processo de Compra Digital nº 45/2026 – Pregão Eletrônico nº 90004/2026

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Para elaboração da proposta, observar as condições do item 8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

À

Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas
Rua Santarém, nº 560 – Bairro Parque Industrial
São José dos Campos – SP

Processo de Compra Digital nº 45/2026

Pregão Eletrônico nº 90004/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para renovação de subscrição de licenças para Firewall da marca Sophos, aquisição de licenças de solução de proteção de endpoint (Antivírus) e AutoCAD

Prezados Senhores,

Após analisarmos minuciosamente, o Edital de Licitação nº 5/2026, referente à presente licitação, e tomarmos conhecimento de todas as suas condições, propomos fornecer, sob nossa integral responsabilidade, o objeto deste Pregão, conforme a seguir discriminado:

Razão Social da Proponente:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço (rua, nº, bairro, cidade, estado, CEP):

Telefone:

E-mail:

Banco, Agência e Conta Corrente nº:

Item	Cód. CATMAT	Descrição	Unid.	Qtd e.	Preço Unit.	Preço Total
1	609340	1.1 Pacotes de licença de firewall (Tipo 01 – Fundhas), IPS, antivírus, antispymware e filtro de web. Proteção contra ameaças avançadas e firewall web para appliance de firewall de próxima geração, conforme termo de referência – SOPHOS – Modelo XGS 2300 Licença Xstream Protection for XGS 2300 (Cód. 46.43.1)	SV	1		
		1.2 Pacotes de licença de firewall (Tipo 02 – Cephas), IPS, antivírus, antispymware e filtro de web. Proteção contra ameaças avançadas e firewall web para appliance de firewall de próxima geração, conforme termo de referência – SOPHOS – Modelo XGS 2100 Licença Xstream Protection for XGS 2100 (Cód. 46.43.3)	SV	1		
Valor Total Item 1:						
2	350949	Renovação de Licença de Antivirus ESET	SV	1		
3	26077	Renovação de Licença de Autocad	SV	1		

- Valor Total do(s) Item(s) Ofertados:** R\$ _____ (_____)
- Descrição detalhada dos itens ofertados:** _____ (contendo as informações similares à especificação do Anexo I – Termo de Referência);
- Prazo de entrega:** os serviços devem ser entregues no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do envio da respectiva Autorização de Fornecimento.
 - O prazo de entrega se inicia no dia útil seguinte ao do envio da Autorização de Fornecimento.
- Local de entrega:** Almoxarifado da Sede da CONTRATANTE, situado na Rua Santarém, nº 560 – Bairro Parque Industrial, São José dos Campos – SP, CEP 12235-550, de 2ª à 6ª feira, das 8h00 às 11h00 e das 13h30 às 16h00;
- Condições de pagamento:** Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços, objeto do Contrato, será efetuado em moeda corrente nacional, mediante crédito em conta corrente de titularidade da Contratada, da seguinte forma:
 - Entrega da Nota Fiscal/Fatura correspondente à prestação mensal dos serviços;
 - Conferência e aprovação pelo Fiscal do Contrato;
 - Pagamento: em no mínimo 15 (quinze) dias após aprovação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratante
- Vigência do Contrato:** 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Diretor Presidente, podendo ser prorrogada pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021;
- Validade da proposta:** _____ (mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sessão pública do Pregão);

8. **Indicação do responsável pela assinatura do Contrato e do Termo de Ciência e de Notificação, nos termos das Instruções nº 1/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, atualizada pela Resolução nº 10/2024:** nome completo, cargo e nº do CPF: _____.
- a) Quando não pertencer ao quadro societário da empresa, deverá apresentar procuração pública ou particular, com poderes para assinatura de Contrato em nome da CONTRATADA.

Processo de Compra Digital nº 45/2026 – Pregão Eletrônico nº 90004/2026

ANEXO III – DECLARAÇÃO – MODELO

À

Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas
Rua Santarém, nº 560 – Bairro Parque Industrial
São José dos Campos – SP

Processo de Compra Digital nº 45/2026

Pregão Eletrônico nº 90004/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para renovação de subscrição de licenças para Firewall da marca Sophos, aquisição de licenças de solução de proteção de endpoint (Antivírus) e AutoCAD

Em cumprimento às determinações da Lei Federal nº 14.133, de 2021, **DECLARAMOS**, para fins de participação no Pregão Eletrônico acima, que:

1. Nossa empresa não está impedida de contratar com a esfera de governo municipal;
2. Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
3. Não existe fato impeditivo à nossa habilitação;
4. Não possuímos em nosso quadro de pessoal, menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
5. Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV e do art. 1º, e no inciso III do art. 5º, da Constituição Federal;
6. Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;
7. Estamos em dia com todas as determinações trabalhistas e demais legislações aplicáveis;
8. Estamos ciente e concordamos com todas as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
9. Estamos cientes de que não poderemos, na constância da relação contratual que venha a firmar com a Prefeitura, vir a contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, de quaisquer pessoas ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e de Vereadores;
10. Estamos cientes de que devemos seguir os padrões de segurança adequados ao uso de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
11. Estamos cientes de que, conforme aplicável, devemos utilizar ações que fomentem o desenvolvimento de tecnologias para a reciclagem, nos termos da Lei Municipal nº 10.713, de 2023.

Por ser a expressão da verdade, eu, _____ (nome)_____, representante legal desta empresa, firmo a presente.

_____ (local e data) _____

_____ (assinatura autorizada) _____

_____ (nome e cargo do signatário) _____

_____ (nome e CNPJ da Empresa) _____

* O licitante deverá apresentar declaração conforme modelo constante deste anexo, em papel timbrado e assinado por sócio, proprietário ou procurador da empresa.

Processo de Compra Digital nº 45/2026 – Pregão Eletrônico nº 90004/2026

ANEXO IV – CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2026

Contratantes: Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas e a empresa _____

Objeto: Renovação de subscrição de licenças para Firewall da marca Sophos, aquisição de licenças de solução de proteção de endpoint (Antivírus) e AutoCAD

Vigência: 12 (doze) meses

Valor: R\$ ____ (_____)

Dotação Orçamentária: 51.01.3.3.90.40.12.243.5000.2.502.01.1100000 Ficha 10, Projeto 1, Centro de Custo 6072; 51.01.3.3.90.40.12.243.5000.2.502.01.1100000, Ficha 10, Projeto 2, Centro de Custo 6072; 51.01.3.3.90.40.12.243.5000.2.502.01.1100000, Ficha 10, Projeto 3, Centro de Custo 6072; 51.01.3.3.90.40.12.243.5000.2.502.01.1100000, Ficha 10, Projeto 4, Centro de Custo 6072.

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90004/2026 – Processo de Compra Digital nº 45/2026

DAS PARTES

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado a **Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas**, pessoa jurídica de direito privado, criada na conformidade das disposições contidas na Lei Municipal nº 6428, de 20/11/2003, sediada na Rua Santarém, nº 560, bairro Parque Industrial, na cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, CEP 12235-550, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.522.468/0001-63, neste ato representado por seu **Diretor Presidente, Sr. Juvenil de Almeida Silvério**, nomeado pelo Decreto Municipal nº 19.878, de 03 de fevereiro de 2025, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, sediada na _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, CEP _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu/sua _____ (sócio, diretor etc) _____ Sr./Sra. _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, a vista do resultado do procedimento licitatório expresso no Pregão Eletrônico nº 90004/2026 – Processo de Compra Digital nº 45/2026, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, celebram entre si o Contrato para **Renovação de subscrição de licenças para Firewall da marca Sophos, aquisição de licenças de solução de proteção de endpoint (Antivírus) e AutoCAD**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Contrato, a Renovação de subscrição de licenças para Firewall da marca Sophos, aquisição de licenças de solução de proteção de endpoint (Antivírus) e AutoCAD, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos seguintes quantitativos:

Item	Cód. CATMAT	Descrição	Unid.	Qtd e.	Preço Unit.	Preço Total
1	609340	1.1 Pacotes de licença de firewall (Tipo 01 – Fundhas), IPS, antivírus, antispymware e filtro de web. Proteção contra ameaças avançadas e firewall web para appliance de firewall de próxima geração, conforme termo de referência – SOPHOS – Modelo XGS 2300 Licença Xstream Protection for XGS 2300 (Cód. 46.43.1)	SV	1		
		1.2 Pacotes de licença de firewall (Tipo 02 – Cephas), IPS, antivírus, antispymware e filtro de web. Proteção contra ameaças avançadas e firewall web para appliance de firewall de próxima geração, conforme termo de referência – SOPHOS – Modelo XGS 2100 Licença Xstream Protection for XGS 2100 (Cód. 46.43.3)	SV	1		
Valor Total Item 1:						
2	350949	Renovação de Licença de Antivirus ESET	SV	1		
3	26077	Renovação de Licença de Autocad	SV	1		

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos documentos citados.

CLÁUSULA 2ª – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Diretor Presidente da CONTRATANTE, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do art. 105 a 107, da Lei nº 14.133, de 2021, a critério da CONTRATANTE, e respeitada a vigência máxima decenal.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a CONTRATANTE mantém interesse na realização do serviço;

4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O Contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA 3ª – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A CONTRATADA deverá proceder à entrega dos serviços no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do envio da respectiva Autorização de Fornecimento.

a) O prazo de entrega se inicia no dia útil seguinte ao do envio da Autorização de Fornecimento.

3.3. A CONTRATADA se obriga à execução integral do objeto deste Contrato, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, seja por erro seja por omissão.

3.4. A entrega dos serviços e o recebimento dos mesmos deverão seguir ainda, as disposições descritas nos item 5 do Termo de Referência.

CLÁUSULA 4ª – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA 5ª – DOS VALORES

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos do Orçamento 2026 (Recursos Próprios/Tesouro), sendo:

- 4.1.1. Dotação orçamentária 01.01.3.3.90.40.12.243.5000.2.502.01.1100000, ficha 10, Projeto 1, Centro de Custo 6072;
- 4.1.2. Dotação orçamentária 01.01.3.3.90.40.12.243.5000.2.502.01.1100000, ficha 10, Projeto 2, Centro de Custo 6072;
- 4.1.3. Dotação orçamentária 01.01.3.3.90.40.12.243.5000.2.502.01.1100000, ficha 10, Projeto 3, Centro de Custo 6072;
- 4.1.4. Dotação orçamentária 01.01.3.3.90.40.12.243.5000.2.502.01.1100000, ficha 10, Projeto 4, Centro de Custo 6072;

5.2. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela entrega total do objeto deste Contrato, o valor de R\$ _____ (_____).

5.3. Os pagamentos decorrentes da execução dos serviços, objeto do Contrato, será efetuado em moeda corrente nacional, mediante crédito em conta corrente de titularidade da Contratada, da seguinte forma:

1. Entrega da Nota Fiscal/Fatura correspondente à prestação mensal dos serviços;
2. Conferência e aprovação pelo Fiscal do Contrato;
3. Pagamento: mínimo de 15 (quinze) dias após aprovação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratante.

5.4. A liquidação dos valores correspondentes à entrega dos serviços será realizada através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

5.5. A entrega das notas fiscais/faturas à CONTRATANTE, correspondentes à entrega dos serviços não poderá exceder 2 (dois) dias úteis à sua emissão.

5.6. Caso seja emitido Nota Fiscal Eletrônica o e-mail para cadastro no sistema é: almoxarifado@fundhas.org.br.

5.7. As empresas prestadoras de serviços inscritas no Cadastro de Contribuintes Mobiliários de São José dos Campos estão obrigadas, por ocasião da prestação de serviços, à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, a partir de 01/04/2016.

5.8. A CONTRATANTE se reserva o direito de descontar do pagamento, eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas, danos, e prejuízos contra terceiros.

5.9. Em caso de erros ou omissões nas notas fiscais, o prazo estipulado no **subitem 5.3.** será contado a partir da data de sua reapresentação.

5.10. Os preços deverão incluir todos os custos e despesas tais como, mas não limitados a tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.11. Aplica-se a contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda – IR, por parte da Administração Pública Municipal.

5.12. Os critérios de pagamento dos serviços deverão seguir ainda, as disposições descritas no item 6. do Termo de Referência.

CLÁUSULA 6ª – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contados da data-base vinculada à data do orçamento estimado, sendo esta a data de 22/04/2026.

6.2. A CONTRATANTE concederá reajuste no preço à CONTRATADA, segundo inflação apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro valor menor de comum acordo entre as partes, para continuidade da prestação dos serviços, decorridos 12 (doze) meses da data-base vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

6.5. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

6.7. A formalização do reajuste será realizada através de apostilamento ao Contrato.

6.8. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA devidamente instruídas e endereçadas à Gestão de Contratos. A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito ao reajuste dos preços do Contrato até 30 (trinta) dias antes de completar a anualidade prevista no item 6.2.

6.9. Caso a CONTRATADA não efetue de forma tempestiva o requerimento ao reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar, entendido este ato como renúncia ao direito de reajuste por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA 7ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
4. Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
6. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação;
7. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
8. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de

segurança da CONTRATANTE.

CLÁUSULA 8ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV, da Lei nº 14.133, de 2021):

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este Contrato e seus anexos;
2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
3. Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
4. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
 - a) O Fiscal do Contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - b) O Fiscal do Contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (art. 117, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - c) Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
 - d) Para fins deste item, também se compreende como obrigação da CONTRATADA liberar a parcela incontroversa no prazo previsto para o pagamento no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme art. 143, da Lei nº 14.133, de 2021.
5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
6. Aplicar à CONTRATADA, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
7. Cientificar a Diretoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de Processo Administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
10. Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pela CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3. A fiscalização da fase de execução dos contratos celebrados nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, está disciplinada pela Portaria nº 7/2024 – Fundhas.

CLÁUSULA 9ª – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

9.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos art. 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709, de 2018, às quais se submeterão o objeto, e para propósitos

- legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
2. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do Contrato e do objeto contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
 3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do objeto, esta será realizada mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Eventualmente, as partes podem ajustar que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste Contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
 4. Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação com a CONTRATANTE;
 5. Encerrada a vigência do Contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

9.2. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

9.3. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente Contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

9.4. A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

9.5. A CONTRATADA deverá informar imediatamente a CONTRATANTE quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas da CONTRATANTE ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709, de 2018, e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

9.6. O preposto da CONTRATADA manterá contato formal com o preposto da CONTRATANTE, no prazo de até vinte e quatro horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

9.7. A critério do preposto da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste Contrato, no tocante a dados pessoais.

9.8. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

CLÁUSULA 10ª – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Na presente contratação, não será exigida garantia.

CLÁUSULA 11ª – DO RECEBIMENTO

11.1. O recebimento será provisório para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com a especificação do Termo de Referência e, definitivo, após a verificação do conteúdo da Autorização de Fornecimento e proposta da CONTRATADA, e consequente aceitação.

11.2. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto e estar em conformidade com os termos da Portaria CAT-162, de 29/12/2008, devidamente atualizada, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, se o caso.

1. O não atendimento da prescrição acima sujeita a CONTRATADA à recusa do recebimento dos serviços, bem como às demais sanções legais e contratuais cabíveis.

11.3. O recebimento provisório será feito mediante a entrega do objeto, conforme constar da Autorização de Fornecimento.

11.4. O recebimento definitivo será realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data do recebimento provisório, se não houver, antes disso, qualquer comunicado por parte da CONTRATANTE.

1. Antes do término do prazo estabelecido, ocorrendo reprovação na conferência, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, estipulando prazo máximo para realização das correções necessárias na execução do objeto.

11.5. Não será aceito serviço com preço divergente do constante na Autorização de Fornecimento e proposta vencedora.

11.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA e/ou fabricante pela qualidade e garantia do objeto.

11.7. Não será permitida a entrega do objeto contratado sem que a CONTRATANTE emita, previamente, a respectiva Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA 12ª – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Licitante/Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do Contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do Contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas *b, c, d, e, f e g* do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas *h, i, j, k e l* do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas *b, c, d, e, f e g*, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
4. Multa:
 - a) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - b) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - c) compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - d) compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto.

12.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, I, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE, a CONTRATADA, além da perda desse valor, terá a diferença descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021);
3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em Processo Administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
2. As peculiaridades do caso concreto;
3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. Os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e Contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.12. Os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, estão disciplinadas pela Portaria nº 19/2024 – Fundhas.

CLÁUSULA 13ª – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1. O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

1. O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferecer vantagem;
2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;
3. Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1. Nesta hipótese, aplicam-se também, as disposições dos art. 138 e 139 da mesma Lei.
3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.
 - b) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido por:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

13.4. Constituirão motivos para extinção do Contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do Processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas correlatas ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que restrinja sua capacidade de concluir o Contrato;
4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA;
5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato;
6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
8. Razões de interesse público, justificadas pela CONTRATANTE;
9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

CLÁUSULA 14ª – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos estabelecidos pelo Código Civil.

CLÁUSULA 15ª – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de Termo Aditivo, submetido à prévia aprovação da Diretoria Jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do Aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Os registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do art. 136, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 16ª – DO FORO COMPETENTE

16.1. Fica eleito o Foro de São José dos Campos – SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do presente Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E por estarem assim, justos e acertados, assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor, para que as Cláusulas aqui avençadas produzam seus efeitos jurídicos e legais.

São José dos Campos, ____ de _____ de 2026

Juvenil de Almeida Silvério
Diretor Presidente
Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas
CONTRATANTE

XXXXXXXX
XXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Processo de Compra Digital nº 45/2026 – Pregão Eletrônico nº 90004/2026

ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO – MODELO

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Fundação Hélio Augusto de Souza

CONTRATADA: _____

CONTRATO Nº: ____/2026

OBJETO: Renovação de subscrição de licenças para Firewall da marca Sophos, aquisição de licenças de solução de proteção de endpoint (Antivírus) e AutoCAD

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São José dos Campos, ____ de ____ de 2026

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE, RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME, ORDENADOR DE DESPESAS E RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O AJUSTE – PELA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL(IS) QUE ASSINOU(ARAM) O AJUSTE – PELA CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.